



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 437, DE 2022

Altera o artigo 531 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a execução da obrigação de prestar alimentos.

Autor: Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Relatora: Deputada DELEGADA KATARINA

I - RELATÓRIO

Busca o Projeto de Lei nº 437, de 2022, alterar o artigo 531 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a execução da obrigação de prestar alimentos.

Pelo texto proposto, o cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, aplica-se aos alimentos definitivos, provisórios, gravídicos, estabelecidos em decorrência de violência doméstica e devidos pelo espólio.

Para tanto, considera que a redação atual do art. 531 está incompleta, não comportando situações importantes. Neste sentido, acreditam que, para além dos alimentos definitivos e provisórios, o texto constitucional é permissivo em relação à possibilidade de prisão civil no caso de inadimplemento de obrigações alimentares gravídicas, devidas pelo espólio e estabelecidas em decorrência de violência doméstica.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, cabendo a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a análise do mérito e art. 54, RICD.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Inexiste qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto, que não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal.

Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, bem como a iniciativa legislativa.

O pressuposto da juridicidade se acha igualmente preenchido, não sendo violados os princípios do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa utilizada no Projeto de Lei nº 437, de 2022, está de acordo com os comandos da Lei Complementar n.º 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Apenas entendemos que o seu texto peca ao deixar de abranger os atuais parágrafos do art. 531, que em nada prejudicam a redação proposta, o que corrigiremos através de Substitutivo do Relator.

No que tange ao mérito, acreditamos que o projeto merece prosperar.

Concordamos com a argumentação do autor de que a redação atual do art. 531 está incompleta, não comportando situações importantes.

Inclusive, mesmo a possibilidade de prisão civil decorrente do descumprimento da obrigação de pagamento de alimentos gravídicos, prevista na Lei nº 11.804, de 2008, não está contemplada no dispositivo,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, em consonância com as justificações do projeto, concordamos com a necessidade de explicitar que, para além dos alimentos definitivos e provisórios, a possibilidade de prisão civil no caso de inadimplemento de obrigações alimentares gravídicas, devidas pelo espólio e estabelecidas em decorrência de violência doméstica.

Nesses termos, apresentamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 437, de 2022, na forma do Substitutivo que ora apresentamos, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada DELEGADA KATARINA
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 437, DE 2022

Altera o artigo 531 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a execução da obrigação de prestar alimentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º- O *caput* do artigo 531 da Lei 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 531. O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos definitivos, provisórios, gravídicos, estabelecidos em decorrência de violência doméstica e devidos pelo espólio.

.....
.....

(NR)”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada DELEGADA KATARINA
Relatora

2023-9219

